



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



Excelentíssimo Senhor Presidente da
Assembleia Legislativa da Região Autónoma
dos Açores

Assunto: Projeto de Resolução sobre a fiscalização da aplicação da retribuição mínima mensal garantida, nas Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias da Região Autónoma dos Açores.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa e a Vossa Excelência, para efeitos de admissão, Projeto de Resolução - sobre a fiscalização da aplicação da retribuição mínima mensal garantida, nas Instituições de Solidariedade Social e Misericórdias, nos termos n.º 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, e pelo disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 31.º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Requer-se, ainda, a deliberação de urgência e dispensa de exame em comissão, nos termos dos artigos 146.º e 147.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Com os nossos melhores cumprimentos,

A Presidente do Grupo Parlamentar do BE/Açores

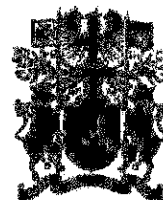
Zuraida Soares

(Zuraida Soares)

Ponta Delgada, 28 de Fevereiro de 2012

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada 0867	Proc. N.º 109
012102128	

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
Título: <i>Projeto de Resolução</i>	
Ass.: <i>Fiscalização da aplicação da retribuição mínima mensal garantida, nas Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias da RAA</i>	
Entrada n.º <i>11/2012</i>	de <i>012102128</i>
Arquivo n.º <i>109</i>	O Responsável,
LEGISLAÇÃO	<i>Libi</i>



Projeto de Resolução

Projeto de Resolução sobre a fiscalização da aplicação da retribuição mínima mensal garantida, nas Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias da Região Autónoma dos Açores.

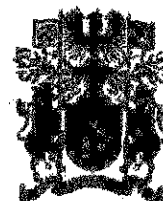
A retribuição mínima mensal é o mais baixo valor que pode ser pago pelo tempo e esforço, na produção de bens e serviços.

Nos termos do n.º 2 e alínea a) do Artigo 59.º da Constituição da República Portuguesa " *Incube ao Estado assegurar as condições de trabalho, retribuição e repouso a que os trabalhadores têm direito, nomeadamente: a) **O estabelecimento e a atualização do salário mínimo nacional, tendo em conta, entre outros fatores, as necessidades dos trabalhadores, o aumento do custo de vida, o nível de desenvolvimento das forças produtivas, as exigências da estabilidade económico e financeira e a acumulação para o desenvolvimento;***"

Nos termos do, n.º 1 e n.º 3 do Artigo 273.º do Código do Trabalho: " ***É garantida aos trabalhadores uma retribuição mínima mensal, (...) constitui contraordenação muito grave a violação do disposto no n.º 1 (...)***".

Reconhecendo as vitórias consagradas, como direitos fundamentais, na Constituição da República Portuguesa de 1976, tais como: o acesso universal ao trabalho, o direito à greve, a contratação coletiva contra a insegurança e a instabilidade, a liberdade sindical, a institucionalização do salário mínimo, do 13.º e 14.º mês, das pensões de reforma e do subsídio de desemprego, é necessário o cumprimento de tão importante legado civilizacional. Pese embora, alguns destes direitos estejam suspensos, pelo atual Governo da República, o salário mínimo é um imperativo legal e em vigor.

O histórico da retribuição mínima, imposta por lei, surge como forma de contrariar a proliferação de condições de trabalho pouco dignas e sem uma retribuição justa, visando a proteção dos trabalhadores contra a exploração da sua força de trabalho.



A retribuição mínima insere-se, igualmente, num contexto de política redistributiva, visando a redução da pobreza, com o objetivo de providenciar estabilidade e crescimento económico.

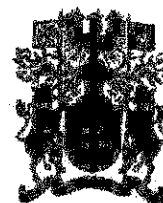
Na Região Autónoma dos Açores, no ano de 2000, foi criado o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional ao salário mínimo, no valor de 5%, a conceder aos trabalhadores por conta de outrem. A criação deste regime, tal como, o regime do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional, *"visava, por um lado, atenuar a diferença do nível do custo de vida nos Açores em relação ao continente, designadamente os derivados dos custos da insularidade, e, por outro, diminuir as desigualdades resultantes do baixo valor das remunerações ou pensões auferidas por uma faixa da população residente nos Açores, traduzindo numa medida de justiça social."* 2009, Vice-Presidência do Governo, Direção Regional de Organização e Administração Pública.

Num cenário preocupante de contínuo crescimento do desemprego, nos Açores; numa realidade em que o nível médio das remunerações, no país, é dos mais baixos da União Europeia, sendo o da Região o mais baixo do país, o cumprimento do salário mínimo constitui um instrumento essencial na proteção contra salários excessivamente baixos e, nesta matéria, o Governo Regional não pode ter uma posição ambígua, no recuo de uma decisão que tem a obrigação de assumir;

Considerando o reconhecimento e valor que a rede de Instituições de Solidariedade Social e Misericórdias detêm, na prestação de serviços de apoio social à população açoriana;

Considerando que grande parte dessa rede social é (e não poderia deixar de ser), apoiada pelo Governo Regional, tendo em conta que muitas das funções sociais exercidas por estas instituições abrangem a responsabilidade social do Estado;

Considerando o conhecimento público, pela denúncia dos representantes dos trabalhadores de que, na Região Autónoma dos Açores, existem Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias que não cumprem com a obrigatoriedade do salário mínimo regional, existindo retribuições mensais abaixo desse valor legalmente estipulado;



No cumprimento das regras impostas pelo Estado de Direito e no cumprimento de um imperativo de justiça social, exige-se uma ação concertada, entre o Departamento Regional - com competência em matéria de solidariedade social e apoios sociais e as instituições em causa;

Por um lado, no sentido de dotar de meios as instituições que dependem do apoio governamental, para cumprir com uma função social essencial não prestada pelo próprio Governo e que careçam de meios financeiros; por outro lado, quando não exista lugar a esse apoio, exigir o cumprimento do pagamento da retribuição mínima mensal, o que constitui um imperativo da Constituição da República Portuguesa, do Código do Trabalho e da Convenção Coletiva de Trabalho para as IPSS e Misericórdias, na Região Autónoma dos Açores.

Assim, o Grupo Parlamentar do BE/Açores apresenta o seguinte Projeto de Resolução:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, no cumprimento da legislação nacional e regional em vigor, da Convenção Coletiva de Trabalho 29/2007, de 11 de Março, resolve recomendar ao Governo Regional que:

- a) A Inspeção Regional do Trabalho proceda, no prazo máximo de trinta dias, à inventariação, nas Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias, de todas as situações que não cumpram com o pagamento da retribuição mínima mensal garantida pela legislação em vigor;
- b) Que seja emitido relatório público, com os resultados dos atos da ação inspetiva, ao fim dos 30 dias, com obrigatoriedade de cumprimento imediato da legislação em vigor para todas as situações identificadas.

A Presidente do Grupo Parlamentar do BE/Açores

Zuraida Soares

(Zuraida Soares)

Ponta Delgada, 28 de Fevereiro de 2012